



CÂMARA DOS DEPUTADOS

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TARIFAS DE ENERGIA ELÉTRICA

EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1308/09	DATA: 26/08/2009
INÍCIO: 15h18min	TÉRMINO: 16h40min	DURAÇÃO: 01h22min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h22min	PÁGINAS: 37	QUARTOS: 17

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

--



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente reunião. Tendo em vista a distribuição de cópias da ata da 8^a reunião à todos os membros presentes, indago sobre a necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Peço a dispensa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois, não, Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, sem nenhum ânimo obstrucionista, ou qualquer que seja. Só tem uma dúvida que queria levar ao Presidente sobre a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois, não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - No final da ata, Sr. Presidente, faz-se menção... Lamento muito não ter estado na reunião de ontem, inarrável Deputado Alexandre Santos, que foi muito interessante. A mesma referência fez o Deputado Raul Henry, também, sobre o debate substancioso que aqui houve. Mas é que há uma menção, nobre Deputado Presidente, Eduardo da Fonte, de que as informações requisitadas à Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL, em virtude do Requerimento nº 5, haviam sido respondidas de forma incompleta. E aí decidiu-se então, reiterar a solicitação.

E no documento distribuído agora, Sr. Presidente, a todos nós pela Comissão, que acho que está tendo essa preocupação — inclusive quero saudar — de distribuir, tem uma referência aqui de um ofício recebido da ANEEL, no dia 13, em que a ANEEL solicitava dilação do prazo para envio das informações.

Então, nós estamos fazendo referência a um requerimento anterior, ou já é o requerimento que foi depois enviado pela ANEEL?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. São 2 requerimentos distintos. E eu tenho acatado as solicitações da ANEEL para estender os prazos, mesmo porque alguns de nós entendemos que o prazo dado precisa ser dilatado. Mas trata-se de um requerimento, o Requerimento nº 05, de 2009, que foi atendido de forma incompleta, com falta das informações. Inclusive a prorrogação foi pedida pelo Requerimento 23 de 24 e vai ser atendido por mais 5 dias úteis.



O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Então, se decidiu dar uma dilação do prazo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Como eu já tinha dado para os 05 também. Quando ela solicita, eu estou dando mais 5 dias úteis para que ela encaminhe as informações necessárias.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu me considero esclarecido. Agradeço ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Júlio Delgado.

Em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Sr. Presidente, só um comunicado aos demais companheiros desta Comissão, a V.Exa. no trabalho que V.Exa. vem empreendendo, e ao nosso Relator. Esta Comissão diz o seguinte. O final do cabeçalho da nossa Comissão diz: *"repositionamentos tarifários a título de reequilíbrio econômico-financeiro e esclarecer os motivos pelos quais a tarifa média de energia elétrica do Brasil é maior do que em nações do chamado G7, grupo dos 7 países mais desenvolvidos do mundo".*

Enquanto acontece uma Comissão como esta, em que avaliamos os trabalhos... Quero colocar, para a preocupação do nosso Relator e demais membros, que a Companhia de Energia Elétrica de Brasília, ontem, anunciou o aumento de 11% na sua tarifa.

Eu não sei se temos companheiros aqui da Comissão que são Deputados do Distrito Federal e qual é a preocupação com relação a isso. Mas nós temos a preocupação da tarifa de energia elétrica em todo o País, neste momento em que se discute isso. E a nossa tentativa é justamente encontrar um racionamento na questão do custo da tarifa e conseguirmos, ao final — a CPI, se ela tentar — não ter esses reajustes, ou no mínimo, como já foi alcançado em outras Comissões



estaduais, a redução do custo da energia elétrica aqui na nossa Capital, onde realizamos as nossas reuniões. Então, enquanto estamos querendo sair para os outros Estados para fazer os encontros regionais e discutirmos o preço da tarifa, nós temos no Distrito Federal a majoração em 11% na tarifa de energia elétrica, tornando uma das mais caras energias elétricas que são consumidas.

Temos preocupação não só com o consumidor brasileiro, mas com o consumidor do nosso Estado, que representamos, e com o consumidor do Distrito Federal. E eu peço a atenção desta Comissão para esse fato e essa preocupação, no momento em que discutimos justamente este assunto aqui na CPI. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Muito pertinente, Deputado Júlio Delgado, e sem dúvida alguma, esta CPI terá que discutir também o reajuste aqui do Distrito Federal. É muito pertinente e vamos aguardar que seja solicitado por algum membro da CPI o pedido de audiência pública, para que possamos discutir — ou de informações da ANEEL. Tenho certeza de que o fórum adequado para discutirmos este aumento é este.

Foram distribuídas cópias das correspondências recebidas pela CPI, cujos originais encontram-se à disposição para consulta na Secretaria da Comissão.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sobre as correspondências, Sr. Presidente. Eu vi que uma das correspondências aqui é exatamente uma solicitação de alteração da audiência, que foi feita pelo Diretor da ANEEL e da EPE.

Eu queria, por oportuno... Eu estou chegando agora e pretendendo me entrosar ao ritmo aqui da CPI. Eu queria que V.Exa... Nós já temos o quê programado do ponto de vista de audiências fixadas? Essa remarcação foi feita para que dia? E que outras que nós temos? Se V.Exa. puder me informar, se for oportuno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ficou remarcada para o dia 2, próxima quarta-feira, plenário e horário a serem definidos. Provavelmente, se houver disponibilidade de plenário, às 11h30min, do próximo dia 2.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Tem mais alguma coisa?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. Vamos fazer em conjunto. Quero convidar V.Exa. inclusive, para que possamos ver o que já tem de audiências públicas aprovadas, para que possamos marcar em conjunto com todas as próximas audiências publicas.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - A única marcada é essa?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A única marcada é da próxima semana, esse requerimento que deveria ser hoje.

Comunico que o Deputado Rômulo Gouveia justificou sua ausência em razão de uma missão oficial.

Passamos à Ordem do Dia.

Apreciação de requerimentos.

A - Requerimento de informação:

Sobre a mesa Requerimento 40/09, do Dr. Maurício Quintella Lessa, subscrito também pelo Deputado Antônio Carlos Chamariz e pelo Relator Alexandre Santos, que requer à Companhia Energética de Alagoas — CEAL cópias de súmulas dos contratos firmados entre a CEAL e as empresas vencedoras dos contratos licitatórios do Programa Luz para Todos em Alagoas, entre 2006 e 2009.

Com a palavra o Relator, para encaminhar.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, Alagoas é um dos Estados hoje em que as reclamações vêm de todos os setores, seja do setor produtivo, seja principalmente daqueles usuários.

Portanto, para melhores esclarecimentos e posicionamento desta Comissão, sou pela sua aprovação, Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, para discutir.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Para discutir... Para encaminhar...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não há discussão, há encaminhamento contra ou a favor. Gostaria de encaminhar contra ou a favor, Deputado Arnaldo Jardim?



O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu ia pedir uns esclarecimentos. Então, eu quero...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pode fazer, sem problema. Pode discutir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, eu vou mais uma vez — depois não vou ficar repetindo para não ser até excessivo com todos aqui. Quero pedir desculpas, por estar chegando, e quero saber um pouco do ritmo.

Li agora os requerimentos. Por exemplo, do Deputado Maurício Quintella Lessa, nosso companheiro participante da Comissão, de Alagoas, nós temos os 3 primeiros requerimentos. Sou muito a favor do Requerimento nº 2, em que ele requer o histórico dos reajustes tarifários.

Mas, sobre essa outra questão, os contratos do Programa Luz para Todos e a relação dos usuários que não pagam o seu consumo de energia, eu acho que primeiro nós vamos dar um trabalho ao Deputado Alexandre Santos que será um negócio inominável. Porque imaginem o seguinte — eu estou fazendo um pouco por atacado, me permita, mas só para esclarecer o Deputado Maurício Quintella Lessa. Relação dos usuários de todas as classes de consumidores que não pagam seu consumo.

Eu acho que nós precisamos pedir é alguma norma. Porque aí vai chegar para o Deputado Alexandre Santos, a dona Maria de tal, seu Pedro, e ele vai dar uma olhada nisso. Eu tenho dúvida até do ponto de vista se não vamos ter problemas jurídicos. Se não há uma questão de Código do Consumidor que vai nos dificultar, e tudo o mais e tal.

Nós deveríamos fazer para saber o seguinte: o perfil dos consumidores. Quantos são em cada classe; quantos estão inadimplentes, para podermos montar depois e fazer um raciocínio daquilo que é um perfil tarifário que a gente poderia desenvolver. Mas relação, acho um pouco descabido, com todo respeito, sem tirar o mérito da intenção

Segundo, os contratos firmados entre a companhia e as vencedoras dos contratos licitatórios do Luz para Todos em Alagoas. Nós podíamos também pedir dados sobre valor para fazer um comparativo, mas cópias das súmulas dos contratos? Eu acho que por aí nós vamos por um caminho... Além de que o Luz para



Todos impacta indiretamente a tarifa. Se nós começarmos a ver um conjunto de questões assim eu temo... Nós temos um prazo aqui, a Comissão pode ser prorrogada, tudo o mais, mas em princípio ela tem um prazo de vigência. Por mais que o Deputado Alexandre Santos abra mão de tudo que tem que fazer no Rio de Janeiro, fique sentado lendo os documentos, eu imagino, na nossa Secretaria, que nós já temos um volume considerável. Então, eu sou absolutamente a favor dos 2.

Sobre o primeiro, eu acho que nós poderíamos pedir extrato, embora eu tenha dúvida sobre se essa questão do Luz para Todos... como impacta no custo da tarifa.

E o terceiro, referi-lo e reformulá-lo — é o apelo que eu faço ao Deputado — sobre uma questão de perfil de consumo e não de relação de consumidores. Essas são as considerações. Obrigado pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Eu gostaria que constasse da ata as considerações do Deputado Arnaldo Jardim, mas o Deputado Maurício Quintella Lessa não se encontra no plenário.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - O Deputado Chamariz está com a palavra, que também é coautor do requerimento. Em seguida, o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Sr. Presidente, eu também tenho solicitado isso aqui junto com o Maurício. Eu queria até inclusive alterar um pouco aqui, porque o Maurício ele pede 2006 a 2009. Eu gostaria de modificar. Os 5 anos, como feito o Requerimento 42. Solicito os 5 anos. Eu queria fazer essa alteração.

Sobre isso eu acredito que cabe a nós procurar aprofundar mais. Eu queria deixar isso aqui. Gostaria que o Deputado Maurício Quintella pudesse estar aqui para também dar a sua opinião, mas eu acredito que isso aqui vai ser de grande valia para essa CPI. Sei que vai dar um trabalho um pouco árduo ao nosso Relator, mas nós estamos aqui juntos para defender essa causa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chamariz, levando em consideração que não tem unanimidade e que o autor não está presente, eu não posso acatar qualquer tipo de alteração no requerimento, mas se



V.Exa. quiser posteriormente fazer outro requerimento, com certeza será apreciado pela Comissão.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Tranquilo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Vou mais ou menos na linha de raciocínio de V.Exa. A gente poderia fazer era até deixar em suspenso para que o autor possa se defender. Quando nós defendemos um companheiro que está com unanimidade... Mas o comportamento do Deputado que está fazendo várias interrogações procede, mas aqui se ele pode dar uma arrumada... Porque o objetivo é um só: é saber o impacto, quem está atrás de Luz para Todos, o impacto que tem na tarifa. Será que tem? Será que não é subsidiado por um verba? Se ela é, pelo contrário, esse é um mercado cativo que as distribuidoras têm já com o Governo, que paga tudo isso. Mas eu não quero entrar no mérito. Quero respeitar. Apenas chamo a atenção sobre se poderia esperar o autor para ele defender com mais tranquilidade o seu requerimento.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Ciro Nogueira.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Sr. Presidente, eu pediria a retirada, até, para que seja votado com a presença do autor.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Eu peço a inversão. Que a gente possa votar os requerimentos do Relator...

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Inversão. Vamos votando os outros.

O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO - Vota os requerimentos do Relator que está presente, depois a gente volta com a presença dele, votando os requerimentos.

O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos submeter à votação para inversão de pauta, para que a gente possa aguardar o autor do requerimento, para que ele venha discutir aqui.



O SR. DEPUTADO CIRO NOGUEIRA - Apenas o primeiro e o terceiro. O segundo acho que já existe um consenso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Quero consultar o Deputado Arnaldo Jardim se o segundo é de acordo, e então vamos à votação para a inversão de pauta dos itens 1 e 3 para que sejam votados com a presença do autor.

Em votação a inversão de pauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Vamos para o item 2 da pauta.

Requerimento nº 42/09, do Sr. Maurício Quintella Lessa, também subscrito pelo Deputado Antônio Carlos Chamariz e pelo Relator, que requer à Companhia Energética de Alagoas — CEAL o histórico dos registros tarifários praticados nos últimos 5 anos.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Como já foi citado aqui, eu acho que é de suma importância nós termos um histórico para que possamos fazer uma análise mais técnica e pontuarmos os procedimentos e a direção que nós vamos tomar nesse caso, Sr. Presidente. Portanto, sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

Requerimento nº 45/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações à ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido no dia 09 de janeiro de 2009.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro talvez da explicação nós possamos analisar os Requerimentos nº 45, nº 46, nº 47, nº 48 e o nº 49 e também o nº 50, Sr. Presidente, porque eles traduzem o mesmo procedimento. A Barragem de Apertadinho, a PCH, é uma obra... Foi noticiada por



toda a imprensa que na semana de sua inauguração ela se rompeu trazendo prejuízo não só para a tarifa, que de 89 passou para 320, já que teria que continuar consumindo através de termoelétricas de longa distância. E assim mesmo... Pelo depoimento que nós vimos ontem, e bem situado para a gente, quando eles citaram, dentro desse procedimento... É por isso que nós temos que tentar entender um pouco aqui; isso talvez sirva de explicação para os desvios dos valores da energia elétrica. Eles pegam um título e jogam no mercado, as pessoas quando ganham um leilão. E a partir desse instante, como nós estamos pagando algumas unidades que estão em outros países sem funcionar, aqui no País há mais de 3 anos... e está na conta do consumidor e na conta principalmente dos setores produtivos. Portanto, talvez essa seja para a gente uma grande referência nos desvios de conduta do sistema elétrico. Portanto, Sr. Presidente, eu pediria inclusive aprovação — como são informações — em bloco, para que viessem essas informações de todos esses requerimentos que eu citei, para que nós pudéssemos nos debruçar e ter um entendimento sobre realmente o que houve na PCH de Apertadinho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos consultar o Plenário para que possamos fazer isso em conjunto com o Plenário.

Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, eu quero já antecipar que eu não vou fazer nenhuma querela regimental, tipo assim propor que cada um dos requerimentos seja votado separadamente, e tudo o mais e tal. Eu só queria discutir o mérito. Eu reconheço, nobre Deputado Alexandre Santos, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - V.Exa. pode pedir que seja votado um a um. Não tem problema.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Não, mas eu estou só... porque eu quero caracterizar qual é minha postura com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Lógico, sem dúvida.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Não é atrapalhar os trabalhos, mas é defender a minha visão que tenho sobre que tipo de trabalho que será mais produtivo, que tipo de trabalho que vale a pena ser desenvolvido aqui. Eu não tenho o detalhe dessa questão sobre a PCH de Apertadinho. PCH são Pequenas Centrais Hidroelétricas. Todos nós sabemos que elas estão crescendo em importância dentro



do nosso sistema de geração de energia, mas a importância das PCHs é ainda pequena, e a maior parte das PCHs se destina inclusive ao mercado livre. Algumas têm contratos com a ANEEL, de fornecimento para o mercado cativo, mas a maioria se destina ao mercado livre. Então, o impacto na tarifa do mercado cativo dessas é inexistente. Daquelas que têm contrato, pode-se dizer que a demora de PCH, as questões ambientais postergam de alguma forma a entrada de contrato.

Agora, vejamos, aqui, nobre Deputado Alexandre Santos — e quero fazer um apelo a V.Exa. No primeiro, V.Exa. solicita informações da ANEEL; no segundo, informações à CERON — Centrais Elétricas de Rondônia; no terceiro, que nós tenhamos uma participação do CONFEA — eu, que sou engenheiro, até tenho muita honra CONFEA; no sétimo, solicita informações ao Instituto de Resseguros sobre o sinistro pago a 2 empresas de engenharia, a Schahin e a EIT, que são mencionadas como responsáveis; depois, solicita ao Ministério Público informações sobre o rompimento da barragem; solicita ainda que a COPEL, do Paraná, dê informações sobre a empresa que construiu a barragem — não entendi bem isso, mas tudo bem. E depois tem uma solicitação de que venha aqui, para uma audiência pública, um conjunto de pessoas: das Centrais Elétricas de Belém; o Diretor da Schahin Engenharia; o Diretor da EIT — Empresa Industrial Técnica S.A; o Diretor da SOLOSCONSULT — imagino que seja uma empresa na área de geologia; os Srs. Francisco Pereira e Rubens Rocha, que são engenheiro e geólogo, para falarem sobre a barragem.

Nenhum desses requerimentos, Deputado Alexandre Santos, fala...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Hein?

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pedidos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Nenhum desses pedidos de requerimento de informações e da audiência pública fala sobre o impacto que, não tendo funcionado a PCH, promoveu na tarifa.

Então, aqui há uma discussão que V.Exa. faz — e o Presidente há de concordar com isso... A discussão aqui é sobre a barragem. Deve ter sido um acidente grave, importante. Acho que esta Casa deve se pronunciar. Eu e V.Exa. somos membros da Comissão de Minas e Energia. Acho que V.Exa. deve



encaminhar isso tudo. Vamos aprovar, eu vou trabalhar, ajudar, junto com os demais membros, para que a Comissão de Minas e Energia faça aqui. Mas aqui, na Comissão de Tarifa de Energia Elétrica, nós discutirmos como foi o acidente, trazermos geólogo, trazermos engenheiro, trazermos o CONFEA, ver o seguro e a quem foi pago, termos informação sobre a empresa, para discutirmos o rompimento de uma barragem da PCH? Isso não está de acordo com a questão da tarifa, sinceramente. Estou falando muito francamente.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Permite-me, Deputado Arnaldo...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu gostaria que V.Exa. reavaliasse isso. Vamos reapresentar na Comissão...

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - O item 4...

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Se o Presidente permitir um aparte, com a maior satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - É melhor o Deputado Arnaldo Jardim concluir o raciocínio, e passarei a palavra a V.Exa.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Então, eu concluo. Eu acho que estou sendo muito claro. Quer dizer, isso é um incidente que merece ser... A Casa deve se pronunciar, tudo o mais e tal, propor lá na Comissão de Minas e Energia. Aqui, do ponto de vista da discussão de impacto na tarifa, não está contemplado e não tem impacto significativo diante de outras questões a que nós poderíamos nos dedicar. Por exemplo, o Requerimento nº 10, de V.Exa., tem o meu integral apoio. V.Exa., no 10... Desculpe-me, 51, item 10 da pauta: no qual V.Exa. "requer informações da ANEEL referentes aos valores das tarifas de energia que compreendem o período de 1994 a 2002". Tudo bem, acho que tem tudo a ver, e é importante para fazer a opinião do Relator, informar o Plenário e poder orientar a Comissão. Mas o incidente de uma barragem não é, sinceramente, aqui, o foro adequado. Isso leva àquilo que, acho, é um risco de uma grande dispersão dos trabalhos. Desculpem-me.

Agradeço, Presidente, por poder falar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Infelizmente, V.Exa. não pôde estar aqui ontem, porque, talvez, V.Exa. pudesse compreender os penduricalhos que são alocados nas contas da energia elétrica. E os penduricalhos são esses. Porque, a partir da Portaria, de 2004, da ANEEL, tudo o que for financeiro e técnico é acoplado à tarifa energética. Inclusive, aquelas que não estão funcionando há mais de 3 anos são jogadas dentro do sistema para o consumidor pagar. Incidentes até pagos. Eles têm os títulos, jogam no mercado, e ainda por cima são acoplados na tarifa energética para o consumidor, que não tem nada a ver com isso aqui. Mas deveria ser tomado... Por isso, a informação à ANEEL é importante. O item nº 4; foi o primeiro que solicitei. Que conta ficaria — aí está no requerimento; o que deveria ser, quanto foi contratado que seria a tarifação de energia elétrica e quanto está, por causa disso; quanto está deixando de pagar o consumidor; quanto é obrigado a pagar mais, por causa disso. Por que houve isso, aqui? Porque, talvez, não tenhamos fiscalizado direito. São os gargalos do sistema que levam todo o sistema a agregar esses penduricalhos, como foi bem colocado aqui, ontem, e quem paga é aquele pobre e coitado consumidor, que é obrigado, às vezes, a ver desligada a sua conta de luz. Estamos com uma conta 3 vezes mais cara por causa dessas coisas que nós estamos discutindo.

Foi nesse sentido, de buscar explicações, de buscar posicionamento, de buscar o porquê de não estarmos tomando algumas atitudes no sistema e por que o sistema ainda não tomou algumas atitudes de penalizar as pessoas que estão a fazer do sistema de energia elétrica um verdadeiro balaio-de-gato. Ontem nós pudemos ouvir, aqui o convidado — agora eu me estendo um pouco mais —, que falou sobre os leilões, sobre a iniciativa privada, que é uma coisa feita... Ao contrário do que se pensava, ontem, pelas explicações que nós tivemos aqui, vimos que ela é feita para haver um verdadeiro esquema de manipulação financeira, porque quem compra não são aquelas pessoas que necessitam, são os mesmos grupos. E é outra coisa que nós vamos adentrar: buscar alternativas para fazer um novo desenho, para dar àqueles que necessitam a garantia de que eles serão vendidos... os preços... e o consumidor, na ponta, e o produtor que produz... Nós, no futuro, não poderemos fazer a produção no País, que está se inviabilizando, em face da alta tarifa de energia elétrica. Isso aqui é um dos itens que veio para as minhas mãos.



Por ser uma coisa tão gritante, em face da não tomada de posição, devido a essas pessoas ainda estarem agindo em nome do sistema, e com os valores que... Na hora em que eles compram, eles conseguem, é dada a eles uma autorização para entrar no mercado. Então, eles pegam o dinheiro, e já está contabilizado para alguns dos nossos pagar. Se isso vai ser abatido, se isso vai ser mais... vamos tentar tirar um penduricalho da conta final do consumidor. É nesse sentido de saber o porquê e quem é que paga, nesse período em que foi feito, em 3 ou 4 anos que tiveram para construir. Porque agora tem que se fazer uma nova licença — ou melhor, só daqui a 5 ou 6 anos é que se fará outra. Então, aquela conta de luz que se esperava ser uma conta razoável, dentro do processo, hoje ela está 3 vezes mais cara, e sem sequer saber quando ela vai voltar a ser normal.

É nesse sentido que eu pedi as explicações. E eu coloquei o requerimento para nós aqui termos a noção do que se passa no sistema elétrico, que é muito complexo. São várias atenuantes, mas nós temos aqui, neste Comissão, de nos aprofundarmos nas investigações e termos a clareza dos procedimentos que não estão sendo feitos de acordo... e evitarmos que isso seja mais um item a ser pendurado para o consumidor final pagar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - quero agradecer muito ao Relator pela delicadeza de dar explicações. Ele disse até que se estendeu, mas eu vejo nisso um gesto de atenção.

Eu concordo inteiramente, nobre Deputado Alexandre Santos, com esse espírito e com essa intervenção de V.Exa. sobre aquilo que nós devemos buscar, sobre esse debate. Aliás, nós vamos ter uma extraordinária oportunidade, e poderia ser um marco da posição desta nossa CPI aqui. É o seguinte: quando votarmos a 446, que propõe a prorrogação da CCC, que custa 5 bilhões para os consumidores, poderíamos votar contra e revogar a CCC. Nós vamos votar, agora, a 465; é a próxima matéria no plenário. Seria uma bela contribuição, porque é CCC, CDR, RGR, PROINFA. Nós temos esses penduricalhos, como disse o nobre Deputado Alexandre Santos. Então, eu concordo com esse espírito, é o debate que nós queremos fazer aqui. Por isso, nobre Deputado Alexandre Santos, é que eu estou



convencido de que o CONFEA não vai ajudar nesse debate, porque ele vem falar sobre o rompimento da barragem. Por isso, não adianta trazer o geólogo e o engenheiro para falarem sobre o rompimento da barragem. Por isso, não adianta trazer o Ministério Público para falar sobre o rompimento da barragem. Por isso, não adianta trazer os diretores da empresa ou a SOLOSCONSULT, porque não vão falar sobre isso que V.Exa. está falando. Eles vão falar sobre o rompimento da barragem, se o talude estava com a inclinação correta, se a sondagem geológica foi feita à tempo. Eles vão falar sobre isso.

Eu concordo com o requerimento de V.Exa. pedindo informações à ANEEL, o 4. Mas os demais é para discutir um incidente, e eu repito, isto está fora do escopo desta CPI, independente das outras questões todas que eu acho que devemos fazer um debate como V.Exa. bem disse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de dizer ao Deputado Arnaldo Jardim que o grande marco desta CPI foi tê-lo conosco debatendo, engrandecendo os debates desta CPI. (*Risos.*)

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Eu não vou ver nem um pouco de ironia nisso e vou ver, pelo contrário, delicadeza de V.Exa., como V.Exa. sempre dialoga comigo. Mas quero ser só mais um a somar. As pessoas... o Deputado Dudu me conhece, tenho dialogado com o Deputado Ciro, o Deputado Simão Sessim há muito tempo, e os outros nós acabamos, pelas circunstâncias, não tendo tanto diálogo. Tenho um rigoroso compromisso comigo mesmo, por engenheiro que sou, de tentar ser rigoroso. Tenho minhas convicções políticas, mas nunca permito que elas confundam aquilo que é o objetivo de prestigiar... Vai contar sempre com esta franqueza no diálogo, como estamos tentando estabelecer aqui. Agradeço muito a delicadeza do Deputado Dudu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - E podermos contar com a sua experiência acho que é fundamental para os trabalhos da CPI.

Gostaria de consultar o Plenário se mais algum Deputado gostaria de se pronunciar em relação ao Item nº 4 do Requerimento nº 45/09 e consultar também o Relator sobre as sugestões do Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro desta linha, há um entendimento que eu ainda não tenho do Deputado Arnaldo Jardim.



Mantenho os requerimentos e solicito que eles sejam, se possível, apreciados em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Vamos apreciá-los um a um, mesmo porque não há consenso, então acho que deve ser apreciado item a item para que dê a oportunidade de cada um se pronunciar.

O Item nº 4.

Requerimento nº 45/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações à ANEEL — Agência Nacional de Energia Elétrica — sobre o rompimento da barragem de PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido em 9 de janeiro de 2009.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Simão Sessim.

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Eu acho que em cada um o Relator deveria novamente — dentro das dúvidas levantadas pelo Deputado Arnaldo Jardim da necessidade ou não da convocação —, acho que em cada um o Relator poderia sustentar a necessidade de convocação, tendo em vista que é ele que vai conduzir o roteiro desta Comissão. Já foi atrás dessa palavra o Relator novamente para sustentar cada um. Porque ele sustentou em globo; agora que ele sustente cada um, o porquê da convocação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Ele já fez a sustentação, Deputado Simão Sessim, a respeito disso, mas vou passar ao Relator para...

O SR. DEPUTADO SIMÃO SESSIM - Ele fez em globo. Pode ser que algum desses aí não tenha necessidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Simão Sessim, as votações vão ocorrer separadamente, um a um, item a item. Esse, o Deputado Alexandre Santos, no item nº 4 já fez a sustentação. Vamos passar posteriormente ao Item nº 5. Estamos em processo de votação.

Em votação o Item nº 4, Requerimento nº 45/09.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)



Aprovado.

Passamos ao Item nº 5, Requerimento nº 46/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações ao CERON — Centrais Elétricas de Rondônia S.A. — sobre o rompimento da barragem de PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido em 9 de janeiro de 2009.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, dentro da mesma linha, a CERON é responsável e ela que talvez tenha sido a mais prejudicada neste processo. Por isso a solicitação da informação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Alguém para discutir?

Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Eu pelo o que estou lendo aqui dos requerimentos estou entendendo que todos eles têm a ver, só tem a ver com o rompimento da barragem. Se eu estiver errado, por favor, Sr. Relator, me corrija. O Requerimento nº 4 que acabamos de votar é um requerimento de informações quanto ao rompimento, a ANEEL. O nº 5, pelo que estou entendendo, é porque são as centrais elétricas do Estado onde estava sendo construída a barragem em que houve o rompimento, não é isso? O sexto é o Conselho Federal, que por sua vez deve ter-se envolvido...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não está em discussão o item 6, Deputado Nelson Bornier. O Item 5 é que está em discussão e vai ser votado separadamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Mas acho que tem tudo a ver, é a mesma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mas já foi discutido aqui e vai ser votado separadamente.

O SR. DEPUTADO NELSON BORNIER - Deixo então por conta do Relator, e ele vai explicando uma a uma para a gente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pronto. Mesmo porque o Deputado Arnaldo Jardim fez uma colocação importante, que é a questão do impacto que isso causa nas tarifas de energia do Estado de Rondônia. Acho que foi bem colocado aqui pelo Deputado Arnaldo Jardim.



Então, está em votação o Item 5, Requerimento nº 46/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações à CERON — Centrais Elétricas de Rondônia S.A. — sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido no dia 9 de janeiro de 2009.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Registrado o voto contra do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Ciro Pedrosa, de Minas Gerais.

Item 6.

Requerimento nº 47/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações ao CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido no dia 9 de janeiro de 2009.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, a CERON — Centrais Elétricas de Rondônia — é a que talvez tenha sido mais prejudicada em todo o processo. Por isso a explicação é necessária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Esse requerimento é o de informações ao CONFEA.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Desculpe, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Estamos no Item 6. Item 6, Requerimento nº 47/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações ao CONFEA — Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia — sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido no dia 9 de janeiro de 2009.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Só para ter a noção das responsabilidades de quem realmente atuou nesse procedimento, Sr. Presidente. São meras informações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Alguém para discutir?

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado, com os votos contra do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Ciro Pedrosa.

Item 7.

Requerimento nº 48/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações ao IRB — Brasil S.A., Instituto de Resseguros do Brasil, sobre os sinistros pagos por seguradoras em obras executadas em território nacional pelas empresas Schahin Engenharia S.A. e EIT — Empresa Industrial Técnica S.A. —, responsáveis pela execução do projeto da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Para ter o entendimento, Sr. Presidente, solicito as informações e, se necessário, para futuros procedimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Alguém para discutir?

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com os votos contra do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Ciro Pedrosa.

Item 8.

Requerimento nº 49/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita informações ao Ministério Público do Estado de Rondônia, sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido em 09 de janeiro de 2009.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, essas informações se fazem necessárias, em face do papel do Ministério Público nesse procedimento. Talvez aí ele já nos dê caminhos para que possamos acessar determinadas autoridades para alguns procedimentos. Portanto, para maiores explicações e entendimento do processo, solicito a sua aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Algum Deputado para discutir?

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovado, com os votos contra do Deputado Arnaldo Jardim e do Deputado Ciro Pedrosa.

Item 9.

Requerimento nº 50/09, do Sr. Alexandre Santos, que solicita à COPEL — Companhia Paranaense de Energia — informações referentes à empresa Schahin Engenharia S.A., responsável pelo acidente ocorrido em 9 de janeiro de 2009, na PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, a tendência nossa é ter um entendimento geral desse procedimento, para entendermos todo o processo que houve. Portanto, a Companhia Paranaense de Energia é uma das empresas, hoje, no País, que necessitam, inclusive, ser olhadas com muito cuidado, em razão das altas tarifas que ali são praticadas.

Portanto, Sr. Presidente, informações sobre a empresa, informações sobre a companhia deverão nos dar um posicionamento melhor para podermos ter o entendimento do desastre que houve.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, quero pedir um esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Nobre Deputado Alexandre Santos, por que para a COPEL? Por que não pede para a CESP, para todas as outras companhias informações sobre a Schahin? Há alguma razão para pedir que a COPEL preste informações sobre a empresa Schahin, sobre a PCH que ela construiu em Rondônia? Qual é a lógica disso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Não estão sendo pedidos aleatoriamente documentos aqui. É porque nós temos hoje notícias de que... e documentos.... Eu quero que venha oficial. É por isso. Qualquer documento que eu tenha de trazer aqui, eu tenho de trazer oficialmente. Por isso, a necessidade de solicitar o que eu estou solicitando é que já estão fazendo outras inserções com uma empresa que acabou de fazer o maior desastre dentro do setor energético. Só para



ver se está andando, se tem as salvaguardas necessárias, para não acontecer o que aconteceu também nessa aqui. Então, como eu já tenho documentos acoplados, que me dão o procedimento de inserções dessa empresa lá... É só para eles saberem que nós estamos olhando e para saberem também os cuidados que eles têm de tomar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, eu não vou estender o tempo. Acho que eu estou defendendo com uma certa lógica. Se há informação de que a Schahin Engenharia S.A. tem contrato com a COPEL... Eu não sabia disso. Isso é tarifa de energia? É a mesma lógica. Acho ruim que dispersemos assim os trabalhos da CPI. Por isso eu me manifestei de uma forma coerente e contrária. Quando é para a ANEEL requerer informações que possam impactar sobre a tarifa, tudo bem. Mas, agora, começar a saber quais são os termos dessa empresa determinada... Comissão de Minas e Energia e não CPI — Tarifas de Energia Elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais algum Deputado gostaria de se pronunciar? (*Pausa.*)

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto contrário dos Deputados Arnaldo Jardim e Ciro Pedrosa.

Passamos ao Item 10.

Requerimento nº 51/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) referentes aos valores das tarifas de energia elétrica que compreendem o período de 1994 a 2002.

Com a palavra o Relator, mas é bom especificar... Está especificado no requerimento. É bom que transmita quais são as informações.

Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, isso se faz necessário, em face do momento importante que nós tivemos ontem, em que sumiram por um passe de mágica, e não há informações, do site da ANEEL — e era



uma das reclamações dos expositores ontem — todas as tarifas anteriores. Então nós nos propusemos, ontem, a fazer essa solicitação para que também possamos compreender esses aumentos, por que houve e fazer o acompanhamento devido desta CPI, Sr. Presidente.

Pediria também, Sr. Presidente, se pudesse, ao menos as palestras de ontem, que foram aqui muito bem acompanhadas pela *TV Câmara* — solicitar cópias e mandar para todos os participantes da nossa Comissão. Até eu mesmo irei olhar novamente. Nós tivemos 6 horas de exposição ontem. Foi muito bonito, foi muito importante para nós. Se pudesse pedir cópia para todos os membros, acho que seria de grande valia para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Será atendida a solicitação de V.Exa. Iremos encaminhar a todos os membros da CPI cópia da audiência pública de ontem.

Algum Parlamentar mais gostaria de encaminhar a votação? (*Pausa.*)

Em votação o item 10: Requerimento nº 51/09.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Passemos ao item B: Requerimentos de Convocação.

Item 11.

Requerimento nº 41/09, do Sr. Maurício Quintella Lessa, também subscrito pelo Deputado Antônio Carlos Chamariz, que requer a realização de audiência pública no Estado de Alagoas, com o Diretor-Presidente da Companhia Energética de Alagoas — CEAL, Sr. Flávio Decat de Moura, e a Secretaria de Estado da Fazenda de Alagoas, Sra. Maria Fernanda Quintella Brandão Vilela, para pedir esclarecimentos à CEAL referentes aos valores cobrados dos consumidores alagoanos.

Gostaria de fazer uma sugestão: que a Secretaria de Fazenda do Estado de Alagoas seja convidada e não convocada, ou dar também a possibilidade de ela encaminhar um representante do Governo do Estado de Alagoas.

Eu quero consultar o Deputado Chamariz, que é coautor também. Vejo que o Deputado Maurício Quintella Lessa não se encontra. Gostaria de ter sugestões, já



que não estamos convocando membros do Governo do Estado. Em se tratando da Secretaria da Fazenda, quero consultar o Plenário para aguardar as sugestões.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - Pela ordem, Sr. Presidente.

Não vejo nenhuma dificuldade. Acato tranquilamente a sugestão do nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Relator e os demais membros.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Devemos agir sempre desta maneira: com prudência, com cautela, e sempre com um convite àquelas pessoas que não fazem parte do nosso grupo de representantes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais algum Deputado gostaria de discutir a sugestão e o requerimento? (*Pausa.*)

Em votação o requerimento, com a alteração proposta por mim, alterando para convite e dando a alternativa de um representante do Estado de Alagoas para a devida audiência pública.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado com alteração.

Item 12.

Requerimento nº 44/09, do Sr. Alexandre Santos, que requer sejam convocados o Sr. Hélcio Garcia Camarinha (Engenheiro e Diretor das Centrais Elétricas de Belém S/A — CEBEL), o Sr. Milton Schahin (Diretor da empresa Schahin Engenharia S/A), o Sr. João Henrique Campos (Diretor da EIT — Empresa Industrial Técnica), o Sr. Rubens dos Santos Rocha (Representante da Empresa Solosconsult Engenharia S/C Ltda.), os Srs. Francisco J. S. Pereira e Rubens dos Santos Rocha (respectivamente, Engenheiro Civil e Geólogo, ambos Peritos do Ministério Público do Estado de Rondônia) para prestarem esclarecimentos sobre o rompimento da barragem da PCH de Apertadinho, no Município de Vilhena, Estado de Rondônia, ocorrido em 9 de janeiro de 2009.

Com a palavra o Relator.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, como nós fazemos, pedimos os esclarecimentos e já deixamos aprovada a presente convocação.

Portanto, Sr. Presidente, eu sou pela aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Deputado Arnaldo Jardim, para discutir.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Sr. Presidente, o objetivo desta audiência pública proposta pelo nobre Relator, Deputado Alexandre Santos, é prestar esclarecimentos sobre o rompimento da barragem da PCH.

Aquela tentativa que fez o Deputado Alexandre Santos, e que me sensibilizou... Por isso votei a favor do requerimento do item 4, que é de solicitações da ANEEL, para ver que tipo de impacto o rompimento poderia gerar na tarifa elétrica. Fica flagrante que esta audiência pública a isso não vai se destinar.

Esta audiência pública, pelos componentes que aqui estão, pelo mérito para prestar esclarecimentos sobre o rompimento da barragem, não é matéria atinente a esta CPI, não tem impacto a ver com a CPI.

Quero fazer um apelo ao Deputado Alexandre Santos para que retire essa solicitação, que a reconsidera, que pense um pouco mais, à luz das informações que virão, nobre Deputado, porque é absolutamente dispersivo, do ponto de vista da Comissão. Imagine nós ficarmos aqui 5, 6 horas para um dia discutirmos em audiência pública o rompimento da barragem de Apertadinho. É uma perda muito significativa. Essa questão... Não concordo com este raciocínio: deixem aprovar, depois veremos se vamos fazer ou não. Acho que não é bom isso, do ponto de vista da dinâmica da Casa. Acho que tira a credibilidade.

Quero fazer um apelo a V.Exa. para que aguarde as informações. Depois, eventualmente, se achar que o impacto é tão significativo, poderá até recolocar essa solicitação de audiência pública, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Deputado Arnaldo Jardim, quando eu digo que já estou com alguns documentos... É por isso que... Entendeu?



Já tenho até algumas decisões do Ministério Público. O que penaliza, no final, é o sistema. Quando estamos discutindo aqui... Talvez seja... Está se contando, dentro do cronograma, que aquilo ali iria aportar tantos quilowatss dentro de uma região tão necessitada e que hoje é sufocada pelos altos preços, porque tem de vir de longe a tarifa de energia não hidráulica. Então, é esse o procedimento que temos que discutir aqui, quais as consequências.

Veja bem, estamos hoje discutindo um procedimento em termos de tarificação. Mas, para chegar lá, nós temos várias consequências, várias nuances, que ontem vimos aqui, de procedimentos que hoje deixam a marginalização das contas das tarifas. E uma delas é essa. É isso que estou querendo trazer para este Plenário, para aprovar e para fazer com que tenhamos um entendimento. Por que estamos pegando uma barragem que foi colocada no sistema, já está vendida no mercado, já estão pagando por ela? E ainda vão pagar novamente, porque terão de comprar energia muito mais cara. Então, paga-se 2 vezes. Quais foram as providências tomadas para que não haja mais isso?

Vejam bem, estou dizendo que, além de nós termos de investigar procedimentos que não são corretos, que apareçam dentro do nosso procedimento, mas também que, no final, vão prejudicar aquele que está lá na ponta, que está pagando essa conta, que hoje está muito difícil de ser sustentada.

É nesse sentido que estou trazendo esse esboço para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais algum Deputado gostaria de discutir?

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Deputado Chico Lopes.

O SR. DEPUTADO CHICO LOPES - Quero fortalecer os argumentos do Relator. Eu também já fui auditor. Cheguei em uma autarquia e o gerente perguntou o que um auditor, que só sabe de contabilidade, estava fazendo num negócio desses. Eu fiquei calado e depois mandei o relatório. Porque isso tem um custo. Esse custo vai para onde? Ele vai para qualquer lugar. E esse custo alguém paga. E a exposição de ontem, se o Deputado Arnaldo Jardim estivesse presente... Mas não esteve por outro problema. Quero dizer que é um militante do seu mandato com muito... Eu vejo na tribuna aqui. Mas o que eles colocaram — pessoas respeitadas,



como Pinguelli Rosa e tantos outros... Nós estamos pagando, Deputado, um negócio caríssimo, que é essa taxa de... Só ser criada — e isso V.Exa. já sabe — uma empresa virtual, porque a ANEEL não tem parâmetro e criou... Tudo isso nós queremos esclarecer. Talvez V.Exa. tenha até razão. Nós vamos passar 4, 5 horas aqui. Podemos não ter sucesso em relação aos nossos objetivos, mas teremos conhecimento para ter mais segurança e não entrar no “eu acho”. Esta CPI não deve entrar no “eu acho que não”. Temos de ir atrás... E não foi muito bem contado esse capítulo das privatizações no nosso País.

Por exemplo, no Ceará, nós perdemos empresas que foram embora, porque o terceiro item da confecção... Porque a Santana Têxtil está em todo o País, inclusive no Paraguai, mas a sua sede é lá no Ceará. E elas mandaram capital para ir para o Paraguai e para o Uruguai, que são mais vantajosos do que... Por quê? Primeiro pela entrada não regulamentada dos produtos chineses, incluindo esse campo. Depois, porque o terceiro item, depois da folha de pagamento, é a questão da energia elétrica. Está aqui o Deputado do Ceará, também combativo, que se preocupa. Então nós ficamos apavorados.

Lá nós conseguimos... Lá nós conseguimos uma CPI, mas eles estão entrando na Justiça. Como a questão é federal, eu já pedi para trazer toda essa discussão para cá depois, porque eles conseguiram na Justiça. E nós ainda vamos ter elementos que vão para a Justiça, um bocado de coisa aqui. Não vão pensar que é esse mar manso que está aqui, não.

Portanto, compreendo a preocupação de V.Exa., mas quero acatar a decisão do Relator, porque eu espero que esse relatório não seja contra ninguém, mas seja a favor da economia do nosso País. Regulamentação... Há reguladores que estão indo bem, mas a ANEEL... V.Exa. sabe das reclamações.

Eu gostaria... Não está dentro... Mas eu ouvi o argumento de que, hoje, 11,5% do aumento da energia em Brasília... Que não seja o motivo desta CPI, mas seja, primeiro, para a defesa do consumidor. E depois da defesa do consumidor ela poderá vir para cá, porque aí eu vejo uma dificuldade.

Mas gostaria de ratificar as palavras do Relator, conhecendo perfeitamente a sinceridade, como V.Exa. colocou, e eu prestei bem atenção. Realmente, aparentemente, como são essas barragens? Mas ela foi... Ela teve um custo. Ela



está dando prejuízo. Vamos saber o que foi. Talvez, até no relatório ela passe sem nenhuma importância, e outros fatores que não estamos dando importância aqui vão ter.

Era nesse sentido. Não é achando que V.Exa... Pelo contrário, eu acredito que V.Exa. vai dar uma boa contribuição a esta Comissão, até pela sua profissão, que vai ajudar muito, no campo da contabilidade. Eu sou do campo da engenharia, mas V.Exa. sabe muito mais coisa.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Mais algum Deputado gostaria de discutir? (Pausa.)

Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Pela ordem, Sr. Presidente, para solicitar verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Verificação de votação concedida.

Em votação.

Gostaria de solicitar ao Deputado Léo Alcântara que venha auxiliar nos trabalhos de votação. (Pausa.)

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Titulares do PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC e PTdoB.

Alexandre Santos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - André Vargas. (Pausa.)

Arlindo Chinaglia. (Pausa.)

Augusto Farias. (Pausa.)

Carlos Zarattini. (Pausa.)

Ciro Nogueira. (Pausa.)

Eduardo da Fonte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Fernando Marroni. (Pausa.)



Leonardo Quintão. (*Pausa.*)

Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*)

Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Wladimir Costa. (*Pausa.*)

Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Carlos Melles. (*Pausa.*)

Claudio Cajado. (*Pausa.*)

Márcio Junqueira. (*Pausa.*)

Narcio Rodrigues. (*Pausa.*)

Rômulo Gouveia. (*Pausa.*)

Urzeni Rocha. (*Pausa.*)

Chico Lopes. (*Pausa.*)

Júlio Delgado. (*Pausa.*)

Sergio Petecão. (*Pausa.*)

Ciro Pedrosa.

O SR. DEPUTADO CIRO PEDROSA - Não.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Cleber Verde. (*Pausa.*)

Suplentes.

Antônio Andrade. (*Pausa.*)

Antônio Carlos Chamariz.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO CARLOS CHAMARIZ - “Sim”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Carlos Santana. (*Pausa.*)

Edio Lopes. (*Pausa.*)

Elismar Prado. (*Pausa.*)

Gladson Cameli. (*Pausa.*)

Jorge Boeira. (*Pausa.*)

Léo Alcântara. “Sim”.

Nelson Bornier. (*Pausa.*)

Paulo Maluf. (*Pausa.*)

Raul Henry. (*Pausa.*)



Simão Sessim. (*Pausa.*)

Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - “Não”.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Arolde de Oliveira. (*Pausa.*)

Betinho Rosado. (*Pausa.*)

Bispo Gê Tenuta. (*Pausa.*)

Bruno Rodrigues. (*Pausa.*)

Ilderlei Cordeiro. (*Pausa.*)

Pinto Itamaraty. (*Pausa.*)

Francisco Tenório. “Sim”.

Manato. (*Pausa.*)

Mário Heringer. (*Pausa.*)

Fábio Ramalho. (*Pausa.*)

Léo Vivas. (*Pausa.*)

Votaram 12 Srs. Deputados. Votaram “sim”...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Faça a chamada novamente, Deputado Léo Alcântara, um por um.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Alexandre Santos. (*Pausa.*)

André Vargas. (*Pausa.*)

Arlindo Chinaglia. (*Pausa.*)

Augusto Farias. (*Pausa.*)

Carlos Zarattini. (*Pausa.*)

Ciro Nogueira. (*Pausa.*)

Eduardo da Fonte. (*Pausa.*)

Fernando Marroni. (*Pausa.*)

Leonardo Quintão. (*Pausa.*)

Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*)

Wladimir Costa. (*Pausa.*)

Arnaldo Jardim. (*Pausa.*)

Carlos Melles. (*Pausa.*)

Claudio Cajado. (*Pausa.*)

Marcio Junqueira. (*Pausa.*)



Narcio Rodrigues. (*Pausa.*)
Rômulo Gouveia. (*Pausa.*)
Urzeni Rocha. (*Pausa.*)
Pelo PSB, PDT, PCdoB, PMN.
Chico Lopes. Já votou.
Júlio Delgado. (*Pausa.*)
Sergio Petecão. (*Pausa.*)
Pelo PV.
Ciro Pedrosa. Já votou.
Pelo PRB.
Cleber Verde. (*Pausa.*)
Suplentes.
Do Bloco PMDB, PT, PP, PR, PTB, PSC, PTC, PTdoB.
Suplentes.
Antônio Andrade. (*Pausa.*)
Antônio Carlos Chamariz. Já votou.
Carlos Santana. (*Pausa.*)
Edio Lopes. (*Pausa.*)
Elismar Prado. (*Pausa.*)
Gladson Cameli. (*Pausa.*)
Jorge Boeira. (*Pausa.*)
Léo Alcântara. Votou.
Deputado Nelson Bornier. Votou.
Paulo Maluf. (*Pausa.*)
Raul Henry. (*Pausa.*)
Simão Sessim. (*Pausa.*)
Deputado Marcelo Guimarães Filho. (*Pausa.*)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Está votando. Quero informar ao Deputado Marcelo Guimarães que está em pauta o item...
O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Último item da pauta.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Item nº 12.
Requerimento nº 44/09, do Sr. Alexandre Santos...



O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO - "Sim".

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - ...que requer...

O SR. DEPUTADO MARCELO GUIMARÃES FILHO - A favor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - A favor.

O SR. DEPUTADO LÉO ALCÂNTARA - Marcelo Guimarães Filho, "sim".

Simão Sessim. (*Pausa.*)

Pelo Bloco PSDB, DEM, PPS.

Suplentes.

Alfredo Kaefer. Já votou.

Arolde de Oliveira. (*Pausa.*)

Betinho Rosado. (*Pausa.*)

Bispo Gê Tenuta. (*Pausa.*)

Bruno Rodrigues. (*Pausa.*)

Ilderlei Cordeiro. (*Pausa.*)

Pinto Itamaraty. (*Pausa.*)

Pelo Bloco PSB/PDT/PCdoB/PMN.

Francisco Tenório. Já votou.

Manato. (*Pausa.*)

Mário Heringer. (*Pausa.*)

Pelo PV.

Deputado Fábio Ramalho. (*Pausa.*)

Pelo PRB.

Léo Vivas. (*Pausa.*)

Indago se chegou mais algum Parlamentar titular ou suplente.

Votaram 13. Foram 8 votos "sim" e 5 votos "não".

Votaram "sim" os Deputados Alexandre Santos, Ciro Nogueira, Marcelo Guimarães Filho, Chico Lopes, Francisco Tenório, Nelson Bornier, Léo Alcântara e Antônio Carlos Chamariz.

Votaram "não" os Deputados Eduardo da Fonte, Maurício Quintella Lessa, Arnaldo Jardim, Ciro Pedrosa e Alfredo Kaefer.

Foi aprovado o requerimento. Houve 8 votos "sim" e 5 votos "não".



O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Proclamo o resultado da votação: 8 Deputados votaram “sim” e 5 Deputados votaram “não”.

Aprovado o requerimento.

Passemos, agora, ao Requerimento nº 40/09, do Deputado Maurício Quintella Lessa, também subscrito pelo Relator e pelo Deputado Antônio Carlos Chamariz, que requer à Companhia Energética de Alagoas — CEAL cópias de súmulas dos contratos firmados entre a CEAL e as empresas vencedoras dos contratos licitatórios do Programa Luz para Todos em Alagoas, entre 2006 e 2009.

Com a palavra, para encaminhar, o Relator.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, já discutimos isso aqui antes. Como o proponente se encontra presente, solicito que a palavra seja passada a ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Programa Luz para Todos, como todos aqui sabem, talvez seja o programa mais importante de eletrificação rural que nós temos no País. Uma série de denúncias acerca desse projeto tem chegado aos gabinetes. Há consumidor beneficiado pelo Luz para Todos pagando taxa de iluminação pública, denúncia de beneficiamento em processo licitatório.

Portanto, a pedido dos consumidores alagoanos, ofereço esse requerimento a esta Comissão para que possamos fazer uma checagem e ver se esse programa, que é tão importante, está acontecendo da forma que todos nós esperamos.

Submeto-o à apreciação dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Algum Parlamentar gostaria de encaminhar a votação? (*Pausa.*)

Consulto o Deputado Arnaldo Jardim, que tem uma solicitação...

Tem a palavra o Deputado Alfredo Kaefer.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu tinha no meu escopo de planos nesta CPI também abordar o tema “luz para todos”.

Penso que seria algo muito mais abrangente. Tenho acompanhado a situação. É um programa importante do Governo Federal. Muitas concessionárias



têm desvirtuado o plano, têm tido resultados extraordinários em cima de um programa social. O Governo paga um determinado valor por uma extensão. Têm sido feitos leilões com empresas prestadoras de serviço.

Então, peço até ao nobre Deputado que... Proponho, de fato, que o Deputado retire esse requerimento hoje e que possamos ter uma abrangência maior do Luz para Todos.

Estou absolutamente convencido de que não é só o Estado de Alagoas que tem esse problema. Vários Estados — diria que quase todos os Estados que foram contemplados com esse programa — estão nessa situação. Penso que poderíamos construir um requerimento maior, eventualmente até uma audiência pública, em que pudéssemos trazer para dentro do Governo a pessoa que administra essa situação do programa, algumas concessionárias, prestadoras de serviços. Isso, sim, seria um belo serviço que poderíamos proporcionar a esta CPI.

Então, proponho, sem nenhum demérito ao seu requerimento, que façamos algo mais amplo e discutamos o Programa Luz para Todos em vários Estados da Federação, que estão com muitos problemas.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Acho perfeito o que V.Exa. coloca aqui, Deputado. Só não vejo por que retirá-lo. É apenas um pedido de informação da empresa local. V.Exa. poderia construir um requerimento para fazer um debate amplo sobre o Luz para Todos, em todas as suas facetas. Mas não vejo prejuízo nenhum do meu requerimento. É um requerimento de informação apenas. Poderíamos ir avançando nesse sentido. Se V.Exa. não se opõe, eu subscrevo a ideia de V.Exa. Podemos construir um requerimento para ampliar o debate do Luz para Todos e aprovar esse hoje.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Qual é o número do requerimento?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Requerimento nº 40/09.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Tudo bem. Eu concordo com o requerimento e já deixo para o Plenário essa proposição. Mas vou construir um requerimento para que façamos uma discussão abrangente, eventualmente até uma audiência pública, para discutir a situação do Luz para Todos.



O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Terá todo o meu apoio, Deputado.

O SR. DEPUTADO ALFREDO KAEFER - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Tem a palavra o Deputado Francisco Tenório para discutir e encaminhar.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, sugiro ao Deputado Maurício Quintella Lessa que, em vez de serem os contratos de 2006 a 2009, sejam os contratos dos últimos 5 anos, a exemplo do requerimento seguinte. Até porque esse projeto Luz para Todos tem contratos iniciais, que estão dando sequência. Então, às vezes, pedem-se contratos de 2006 para cá e deixam-se contratos que se iniciaram em 2005. Então, que sejam os contratos celebrados na vigência dos últimos 5 anos.

O Deputado Maurício Quintella Lessa concorda?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Concordo.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Consulto o Plenário sobre a sugestão do Deputado Francisco Tenório.

O autor do requerimento já concordou que seja dos últimos 5 anos.

Vamos ao processo de votação.

Em votação.

Os Deputados que o aprovam, com a alteração da sugestão do Deputado Francisco Tenório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com a alteração da sugestão do Deputado Francisco Tenório.

Passemos ao Item 3 da pauta.

Requerimento nº 43/09, do Sr. Maurício Quintella Lessa, também subscrito pelo Relator e pelo Deputado Antônio Carlos Chamariz, que requer à Companhia Energética de Alagoas — CEAL a relação de todos os usuários, de todas as classes de consumidores, que não pagam o seu consumo de energia elétrica por força de decisão judicial.

Com a palavra o Relator para encaminhar.



O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Da mesma forma, Sr. Presidente, já que o autor se encontra presente, se me permite V.Exa., passo a palavra a ele diretamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o autor do requerimento, Deputado Maurício Quintella Lessa.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta semana fui convidado para participar de uma reunião no Conselho de Consumidores de Energia Elétrica do Estado de Alagoas.

Alagoas tem uma das tarifas mais altas do Brasil. Inclusive, ela foi revista agora. Houve uma minoração de 19% da tarifa de Alagoas por erros cometidos na avaliação da tarifa atual.

Há um componente no Estado de Alagoas que é fundamental para a composição dessa tarifa tão alta. Temos lá alguns setores, principalmente o setor sucroalcooleiro do Estado. Grande parte das usinas, em Alagoas, não paga energia elétrica desde 1986 por força de liminares de juízo de primeira instância e algumas de segunda instância. Esse fato acarreta um comprometimento e a majoração da tarifa do Estado.

Então, é importante que esta CPI, com os poderes que tem, faça uma investigação no meu Estado e, de uma vez por todas, coloque para a sociedade o que está acontecendo em relação a essa dança das liminares. Por isso, submeto esse requerimento à Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Arnaldo Jardim.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Nobre Presidente, na ausência do proponente, Deputado Maurício Quintella Lessa, eu havia feito considerações, que fui inclusive a ele relatar, porque, da forma como havíamos recebido aqui a minuta e a lei na Ordem do Dia — “*requer à Companhia Energética de Alagoas a relação de todos os usuários, de todas as classes de consumidores que não pagam seu consumo de energia elétrica por força de decisão judicial*” —, seria algo extensivo.

Demorei até, falando dessa questão. O Deputado Maurício Quintella me disse que, no teor do requerimento, não é essa a intenção, não é isso que o preocupa. Ele está focando no caso de algumas empresas que, através dessa ação, não estariam



honrando os pagamentos, onerando, portanto, a folha. Segundo o que me relatou o proponente — estou dizendo o que justifica o esclarecimento que eu solicitei e me foi dado —, são grandes consumidores. Portanto, oneram significativamente a folha.

Por isso, comprehendo aquilo que era o objeto do requerimento e retiro aquela objeção anterior que fiz. Inclusive, Deputado Maurício, fiz uma sugestão no sentido de que fosse reformulado o requerimento para deixar isso claro e pedir, inclusive, o perfil dos consumidores, para podermos fazer uma discussão realmente mais profunda de mérito e não ter a relação exatamente dos usuários, que seria extensiva e absolutamente ineficaz para os trabalhos aqui da Comissão.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO QUINTELLA LESSA - Se tiver alguma coisa no requerimento em desacordo com aquilo que ficou acordado aqui, nós modificaremos. Mas a intenção é saber quem são esses consumidores privilegiados. Se houver processo em segredo de Justiça, é claro que isso não vai ser enviado à Comissão. Mas é fundamental que se esclareça, de uma vez por todas... E isso está justamente no setor industrial do Estado. São liminares que vêm desde 1986. Isso já foi denunciado várias vezes, não só pelo Conselho do Consumidor, mas principalmente pela direção da empresa de Alagoas, que luta na Justiça para poder derrubar essas liminares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Com a palavra o grande Deputado Francisco Tenório, de Alagoas.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a observação é importante, mas esse fato narrado se dá no requerimento seguinte: Requerimento nº 43, de 2009. O requerimento que está em avaliação é o de nº 42, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Não. É o Requerimento nº 43/09. É o que está em votação. O Requerimento nº 42 já foi aprovado.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO - Já foi aprovado o Requerimento nº 42?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Houve uma inversão de pauta no início da votação. Por isso... O Requerimento nº 42 não fez parte da inversão de pauta e foi aprovado.



O SR. DEPUTADO FRANCISCO TENÓRIO – O.k. Eu observei pular do item 1 para o 2... para o 3. Mas tudo bem.

Quero também me juntar ao requerimento. Eu o considero de fundamental importância. O Deputado Maurício Quintella tem tido uma lucidez extraordinária no momento desse requerimento. Alagoas vive um momento diferente. Temos uma das tarifas mais elevadas do País; temos o ICMS em torno de 27%. Então, é preciso checar essas questões que penalizam tanto o consumidor para que possamos ajudar, reduzindo essas tarifas ainda insuportáveis para a população.

Subscrevo tanto esse requerimento como os demais requerimentos do Deputado Maurício Quintella, que contam com a minha posição favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Em votação.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Consulto se alguém do plenário quer fazer alguma consideração. Se não quiser, passarei a palavra ao Relator para que faça suas considerações finais, a fim de que possamos encerrar os trabalhos.

O SR. DEPUTADO ALEXANDRE SANTOS - Sr. Presidente, eu também, dentro das considerações finais, solicito que, depois, V.Exa. convoque uma reunião para que possamos fazer o nosso roteiro, o nosso itinerário das visitas que faremos a regiões, para que possamos proceder aos trabalhos em cada Estado em que isso se faz necessário.

Portanto, acho importante marcarmos logo a nossa agenda, buscarmos os procedimentos, junto com as informações que nós já temos. Já temos algumas informações de algumas CPIs. Mas é importante que possamos fazer o nosso itinerário, saber para onde vamos, em que dia, e nos prepararmos, inclusive, para que os nossos convidados estejam presentes.

Portanto, Sr. Presidente, reitero que esses requerimentos de minha autoria são para podermos passar uma noção dos penduricalhos que são colocados nos valores das contas e também para que nós possamos dar pelo menos uma salvaguarda para aqueles que não sabem por que estão pagando, e pagam por quem não deviam.



Portanto, é um chamamento que faço para que possamos debater, buscar um entendimento e, acima de tudo, o caminho mais rápido para fazermos um novo processo de gerenciamento, de gestão do setor elétrico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Eduardo da Fonte) - Gostaria de informar que estamos pré-marcados, faltando só alguns detalhes, para que possamos confirmar Roraima no dia 10; Amazonas, Manaus, no dia 11; e Rio Branco no dia 12. Iremos, posteriormente, marcar — provavelmente na outra quinta-feira e na sexta-feira — Alagoas e Pernambuco. Vamos combinar sobre plenário e também disponibilidade dos Deputados autores dos requerimentos para que possam ir aos Estados, a fim de que possamos realizar as audiências públicas.

Gostaria de consultar mais uma vez o Plenário sobre se mais alguém gostaria de fazer uso da palavra.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando as seguintes reuniões para a próxima semana: terça-feira, dia 1º de setembro, às 14 horas, para audiência pública, ainda confirmando os nomes das pessoas que vão ser chamadas; e, quarta-feira, dia 2 de setembro, às 11 horas, audiência pública com os Srs. Maurício Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética — EPE, Hermes Jorge Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico — ONS, e Nelson José Hubner Moreira, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica — ANEEL.

Está encerrada a presente reunião.